

COE cobra avanços em saúde e condições de trabalho na terceira negociação específica com o Santander

A Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Santander realizou, nesta terça-feira (28), a terceira rodada de negociação da pauta específica com a direção do banco. O encontro teve como foco principal o tema saúde, considerado um dos eixos prioritários da pauta de reivindicações apresentada pelos trabalhadores.

Antes do início das discussões, a representação dos empregados cobrou as devolutivas dos temas tratados nas reuniões anteriores. Em resposta, o Santander apresentou informações sobre o programa de bolsas de estudo, informando que 90% das 2.500 bolsas oferecidas já estão sendo utilizadas e que a distribuição entre homens e mulheres é equilibrada. Segundo o banco, a maior parte dos beneficiários está matriculada em cursos de pós-graduação e 5% das bolsas já são ocupadas por pessoas com deficiência (PCDs).

Na sequência, as partes retomaram o debate sobre cláusulas sociais que não puderam ser concluídas na rodada de negociação realizada na última quarta-feira (22). Entre elas, foi discutida a reivindicação apresentada pela COE que trata do fornecimento de telefone celular corporativo a todos os empregados que atuam em atividades externas, a exemplo do BB1, com linha telefônica e pacote de dados suficientes para garantir a conexão compartilhada (Wi-Fi) com equipamentos de trabalho, como notebooks e tablets.

A COE lembrou que o artigo 2º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) estabelece que os riscos da atividade econômica são de responsabilidade da empresa. Com base nesse entendimento jurídico consolidado, as instituições financeiras devem fornecer os meios necessários para a execução das atividades externas, incluindo aparelhos celulares corporativos, chips e planos de dados. Caso o empregado seja obrigado a utilizar seu telefone particular para o trabalho, o banco deve ressarcir as despesas com ligações e internet.

Entre as principais reivindicações apresentadas pela COE estão a manutenção da assistência médica aos aposentados nas mesmas condições vigentes durante o contrato de trabalho, evitando que o custo do plano passe a ser integralmente arcado pelo ex-empregado após a aposentadoria, e a definição de limites para os custos das mensalidades e da coparticipação, de forma que os valores sejam compatíveis com a remuneração dos trabalhadores.

Os representantes dos trabalhadores também relataram as dificuldades enfrentadas por bancárias e bancários em diversas regiões do país para conseguir atendimento pelo plano de saúde, especialmente em relação à oferta de médicos especialistas e à realização de exames. Diante desse cenário, a COE reivindicou que os empregados possam escolher entre as duas operadoras de saúde já contratadas pelo Santander, de acordo com a disponibilidade de atendimento em sua região. Em resposta, o banco informou que, neste momento, a migração entre os planos não é possível por questões técnicas e contratuais.

As negociações da pauta específica do Santander terão continuidade no próximo dia 12 de agosto.